



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

#COVID19

NOTÍCIAS

**MAGISTRADOS, SERVIDORES,
COLABORADORES E ESTAGIÁRIOS DA
JUSTIÇA FEDERAL PERMANECEM
ATIVOS E TRABALHANDO NO
COMBATE À *CORONACRISE***

***Mesmo distantes, juntos.
A Justiça Federal não para!***



27/03

Coronavírus: Justiça Federal em Uberlândia destina mais de R\$ 240 mil ao HC-UFU

(Por G1 Triângulo e Alto Paranaíba)

Mais de R\$ 240 mil foram destinados pela Justiça Federal ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) para prevenção, combate e cuidados durante a pandemia do coronavírus em Uberlândia e região. Segundo o Judiciário, o montante deve ser destinado a materiais e equipamentos médicos essenciais.

A medida que garante o recurso foi publicada pela Justiça Federal na cidade nesta quarta-feira (25). Segundo o documento, a verba é oriunda de penas de prestação pecuniária, acumuladas por quatro varas federais da subseção judiciária em Uberlândia.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa do HC-UFU para saber se o dinheiro já está disponível na conta da instituição, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

[Continue lendo...](#)

27/03

Valores doados pela JFPE para combate ao Novo Coronavírus superam 2 milhões de reais

Após divulgação do repasse de R\$ 950 mil ao Estado de Pernambuco, para compra de materiais de proteção que serão utilizados pelos profissionais de saúde do estado, nesta sexta-feira (27), a Justiça Federal anunciou o valor total de doações de R\$ 2.136.542,00.

Os repasses atendem os requerimentos do Estado de Pernambuco, do Hospital das Clínicas do Estado de Pernambuco e da Prefeitura de Petrolina, ficando assim distribuídos: Estado de Pernambuco: R\$1.534.034,40; Hospital das Clínicas: R\$374.707,60 e Fundo Municipal de Saúde de Petrolina: R\$ 227.800,00. No caso de Petrolina, a destinação dos recursos foi realizada, integralmente, pela 17ª Vara Federal, especializada em execução penal, instalada no município.

[Continue lendo...](#)

27/03

Justiça Federal da 3ª Região edita mais de 100 mil atos em 7 dias de teletrabalho

Em regime de teletrabalho, a Justiça Federal da 3ª Região realizou um levantamento parcial de sua produtividade. Em sete dias úteis, no período entre 17 e 25 de março, foram editados pelo menos 101,9 mil atos, incluindo 63 mil despachos, 14,6 mil sentenças, 15,9 mil decisões e quase 3 mil acórdãos. São, em média, 14,5 mil atos por dia. Em toda 3ª Região, foram distribuídos 26,6 mil processos. Registrou-se um total de 11,9 mil processos baixados.

Somente no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), foram pelo menos 2,5 mil acórdãos, 2,4 mil decisões e mais de 1,8 mil despachos. Na primeira instância de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, as Varas

Federais e os Juizados Especiais Federais editaram mais de 88 mil atos, com mais de 61 mil despachos, 14,6 mil sentenças e 12,5 mil decisões. Somam-se aos dados 11,4 mil atos das Turmas Recursais. Os números, na realidade, são maiores, pois o levantamento não inclui, ainda, todos os atos dos últimos dias do período de análise.

[Continue lendo...](#)

27/03

Subseção Judiciária de Teófilo Otoni (MG) apresenta resultados positivos com teletrabalho durante a Covid-19

Para dar continuidade à prestação jurisdicional, a Justiça Federal tem utilizado do teletrabalho em todo o País. Na Subseção Judiciária de Teófilo Otoni (MG), os magistrados, servidores, colaboradores e estagiários estão em regime de teletrabalho desde o dia 17 de março, em atendimento às resoluções do CNJ (313/2020) e do TRF1 (9985909/2020), que versam sobre o regime de Plantão Extraordinário e as medidas temporárias de prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio pela pandemia da Covid-19.

Somente no Juizado Especial Federal Adjunto, nos últimos dias foram proferidas 272 sentenças e 497 decisões, totalizando uma produtividade de 769 atos decisórios. Ainda foi realizada a migração de 143 RPVs, totalizando R\$ 1.991.657,24.

[Continue lendo...](#)

27/03

GDF pede destinação de recursos de penas para aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da Covid-19

O Governo do Distrito Federal, por meio do governador Ibaneis Rocha, ingressou com pedido na Justiça Federal para solicitar que a destinação de recursos do cumprimento de penas seja prioritariamente voltado à aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia da Covid-19.

O governador solicita itens de hotelaria para o Hospital de Campanha do Estádio Mané Garrincha, equipamentos para Leito de Enfermaria Adulto e itens para Pronto Atendimento Médico (PAM).

[Continue lendo...](#)

27/03

Juiz federal de Rio Verde (GO) destina R\$ 100 mil à secretaria de saúde do município

Diante do ágil avanço da Covid-19, a estrutura médico-hospitalar brasileira não será capaz de atender a todas as situações emergenciais. Diante disso, o Ministério Público Federal solicitou ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região a destinação de recursos de valores originários de prestações pecuniárias e atualmente depositados em conta vinculada à Subseção Judiciária de Rio Verde (GO) ao enfrentamento da Covid-19, com base no

provimento COGER – 10006816, do TRF1.

Em sua decisão, o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, da Subseção Judiciária de Rio Verde (GO), determinou a destinação de R\$ 100 mil reais à Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde (GO), para a aquisição de bens vinculados ao combate da COVID 19.

[Continue lendo...](#)

26/03

Juizas e juizes dos JEFs solicitam que advogados e procuradores continuem se manifestando nos autos processuais

Prezadas (os) Advogadas (os) e Procuradoras (es), apesar da suspensão dos prazos processuais (Resolução CNJ nº 313/2020) e demais limitações sanitárias decorrentes do combate ao COVID-19, os Juizados Especiais Federais em Pernambuco continuam em atividade, em regime de trabalho remoto, salvo as exceções normativas.

Dessa forma, com o intuito de reduzir os impactos negativos decorrentes das mencionadas limitações de natureza sanitária, solicita-se que, mesmo diante da suspensão dos prazos processuais, na hipótese de existência de intimação/citação, haja efetiva manifestação nos autos, o que resultará na continuidade voluntária do andamento dos feitos.

[Continue lendo...](#)

26/03

Justiça Federal da 4ª Região já analisou mais de 50 mil processos durante plantão extraordinário devido à Covid-19

O 1º e o 2º Grau da Justiça Federal da 4ª Região já analisaram mais de 50 mil processos desde o dia 18 de março, data anterior à Resolução nº 313 do CNJ, que estabeleceu o plantão extraordinário devido à pandemia de Covid-19.

No 1º grau a média diária de sentenças e despachos foi de 10,4 mil, totalizando 52.054 decisões no período. Já no TRF4 e nas Turmas Recursais, o número de processos julgados nas sessões ordinárias e virtuais ultrapassaram 4 mil recursos.

[Continue lendo...](#)

26/03

Justiça Federal da 3ª Região nega pedido de companhias de transporte para adiamento de dívidas tributárias devido à Covid-19

A 23ª Vara Cível Federal de São Paulo negou pedido liminar da Viação Itapemirim e Viação Caiçara para que fosse suspensa a exigibilidade de penalidades administrativas junto à Delegacia Especial da Receita Tributária em São Paulo.

No pedido, as autores alegavam que devido ao surto do novo coronavírus houve paralisação das atividades das empresas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. E pediam prazo de 180 dias para pagamento dos impostos federais, afastando penalidades como multas e encargos por não ter condições financeiras para suportar

o ônus dos prejuízos econômicos da situação de pandemia provocada pela COVID-19.

[Continue lendo...](#)

26/03

Varas de execução penal da JFPE doam R\$ 950 mil para combate ao COVID-19 no estado

Em um esforço conjunto dos juizes federais que atuam nas varas de execução penal da Seção Judiciária de Pernambuco, a Justiça Federal destinou R\$ 950 mil para o Governo do Estado, que utilizará o montante para compra de equipamentos e investimentos no combate à disseminação do Novo Coronavírus em Pernambuco. Os recursos obtidos derivam da fiscalização e acompanhamento do cumprimento de penas e medidas alternativas impostas aos réus pelas varas criminais da Seção Judiciária.

Após consulta aos Juizes Federais das Varas da JFPE com competência em Execução Penal, e a concordância de todos quanto à destinação dos recursos oriundos dos processos criminais de sua competência, a Direção do Foro emitiu a Portaria nº 47/2020 encarregando a 36ª Vara, detentora da maior parte da verba, a consolidar os recursos enviados pelas varas para destiná-las à conta do Estado. Assim, até o momento, contribuíram com destinação de recursos, além da 36ª, as 23ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 34ª, 35ª, 37ª e 38ª Varas Federais.

[Continue lendo...](#)

26/03

Coronavírus: Justiça determina que União entregue respiradores para o ES

A 4ª Vara Federal Civil de Vitória determinou, na noite desta quarta-feira (25), que a União entregue os 59 respiradores comprados pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) ao custo de R\$ 3,39 milhões, para o tratamento de pacientes com o novo coronavírus (Covid-19). O pedido havia sido feito pela Associação Evangélica Beneficente do Espírito Santo (Aebes) - Organização Social (OS) que administra o hospital.

Na decisão, o juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos determinou “a tutela de urgência para que a União se abstenha de se apossar dos ventiladores pulmonares adquiridos pela requerente, bem como seja ordenado que a empresa Magnamed Tecnologia Médica forneça 59 ventiladores pulmonares”.

[Continue lendo...](#)

26/03

Centros de Inteligência da Justiça Federal agem na prevenção de conflitos ligados ao COVID-19

Os Centros de Inteligência da Justiça Federal têm atuado de forma intensiva, para prevenir conflitos relacionados à pandemia do coronavírus – COVID-19. Eles estão em constante contato com os tribunais superiores, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Laboratório de Inovação, Inteligência

e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e Observatório Nacional do CNJ.

Para enviar solicitações aos Centros, acesse a página do Conselho da Justiça Federal (CJF).

[Continue lendo...](#)

26/03

Conselho da Justiça Federal libera R\$1 bilhão em RPVs

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$ 1.013.262.300,02, relativos ao pagamento das requisições de pequeno valor (RPVs), autuadas em fevereiro de 2020, para um total de 101.141 processos, com 118.199 beneficiários.

Do total geral, R\$821.016.942,57 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 50.761 processos, com 61.241 beneficiários.

[Continue lendo...](#)

26/03

Tribunais de todo o país destinam valores para combate à pandemia

(Por Conjur)

Decisões de vários tribunais do país têm destinado valores para ações de combate à pandemia do novo coronavírus. É o caso da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, da Justiça Federal da 4ª Região e da Justiça Federal na Paraíba, por exemplo.

Em Minas Gerais foram liberados R\$ 11 milhões para atender a situações emergenciais de instituições estratégicas ligadas à saúde. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (23/3). A quantia estava reservada para indenizar por danos morais coletivos pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão, que ocorreu em 2015, em Mariana (MG).

[Continue lendo...](#)

25/03

Em carta, JEFs de Alagoas orientam advogados e procuradores a continuarem operando com 100% da capacidade

Visando a continuidade da prestação jurisdicional, os Juizados Especiais Federais de Alagoas divulgaram nota orientando advogados e procuradores, mesmo diante da suspensão de prazos processuais devido à pandemia de COVID-19, a se manifestarem quando houver intimações. A orientação decorreu de acordo firmado entre a Procuradoria Federal/INSS, OAB/AL e Coordenador dos JEFs de Alagoas, Juiz Federal Felini Wanderley.

A carta fala ainda sobre a priorização do JEF aos processos em fase de cumprimento e pagamento, visando que o jurisdicionado receba os valores a que tem direito com a maior brevidade possível.

[Continue lendo...](#)

25/03

TRF5 suspende decreto que interrompeu serviço de transporte metroferroviário em Alagoas

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região concedeu tutela recursal à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em Alagoas para que a empresa possa continuar prestando o serviço de transporte metroferroviário durante a quarentena provocada pela COVID-19. A medida veio após decreto do Governador do Estado que interrompeu a operação dos serviços.

Na decisão, o desembargador federal Francisco Roberto Machado entendeu que o ato foi inconstitucional, visto que é competência da União legislar sobre o transporte. Além disso, o decreto comprometeria o próprio combate à COVID-19 e prejudicaria a sociedade, já que o meio de transporte favorece os deslocamentos dos profissionais de saúde e aos usuários que necessitam se dirigir para o seu trabalho, principalmente os moradores das cidades localizadas no entorno.

[Continue lendo...](#)

25/03

Recursos de cumprimento de penas da 17ª Vara Federal de Petrolina serão destinados ao combate do coronavírus

A juíza federal Thalynni Maria de Lavor Passos, no exercício da titularidade da 17ª Vara Federal de Pernambuco (Petrolina), deferiu, hoje (25), o requerimento da Prefeitura de Petrolina para a disponibilização do valor de R\$ 227.800,00, proveniente do cumprimento de pena pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo, naquele Juízo, em favor do Fundo Municipal de Saúde daquele município. O repasse ficará condicionado à assinatura do termo de responsabilidade de aplicação do valor recebido por representante do município autor da ação, devendo tal termo prever a destinação dos recursos para a aquisição de todos os kits de testes rápidos que irão ser utilizados por toda a rede municipal de saúde, necessários ao combate da pandemia provocada pelo COVID-19.

[Continue lendo...](#)

25/03

Decisão da JFCE restringe a entrada de estrangeiros pelo Aeroporto de Fortaleza

A 4ª Vara Federal da Justiça Federal no Ceará (JFCE) deferiu em tutela de urgência ação cautelar do Ministério Público Federal (MPF) contra a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a União Federal, determinando a restrição excepcional e temporária da entrada de estrangeiros por via aérea no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, pelo prazo de duração da Portaria nº 126/2020, da Presidência da República, ou de suas renovações.

A proibição atinge voos provenientes dos países relacionados no referido Ato (China; Membros da União Europeia; Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-

Bretanha e Irlanda do Norte; Austrália; Japão; Malásia; e República da Coreia), além de quaisquer outro que tenha número oficial de contagiados ou mortos pelo COVID-19, mais elevado do que os relacionados.

[Continue lendo...](#)

25/03

Coronavírus: JFPE indefere pedidos de municípios para suspender pagamentos previdenciários

O juiz federal Allan Endry Veras Ferreira, da 28ª Vara Federal de Pernambuco, indeferiu, na última segunda-feira (23), o pedido da Prefeitura de Pesqueira, que ajuizou ação ordinária, com pedido liminar, contra a União, pleiteando a suspensão do pagamento compulsório do parcelamento previdenciário e das despesas previdenciárias correntes, estabelecidos pela Lei nº 13.485/2017, os quais são descontados diretamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A Prefeitura alegou que as medidas adotadas pelos Governos federal e estadual, devido à pandemia do novo coronavírus, causarão enorme impacto financeiro em razão das restrições impostas à economia, que deverão reduzir o valor dos repasses do FPM, da cota-parte do ICMS distribuída aos municípios, bem como a receita dos mesmos.

A Prefeitura de Pesqueira também requeria a inclusão dos referidos débitos previdenciários vencidos e vincendos em parcelamentos ordinários, previstos no art. 10 da Lei nº 10.522/2002, de forma mensal, enquanto durar a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS/2020. O autor sustentou ainda que sobrevive dos repasses do FPM e que existe o risco de a parcela do financiamento dos débitos previdenciários descontada diretamente do repasse do mencionado fundo abarcar a quase totalidade da sua receita. “Nesse cenário, não sobraria recursos livres para o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), tal qual determinado pela Recomendação Conjunta nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco -TCE-PE e do Ministério Público de Contas”, argumentou o autor.

[Continue lendo...](#)

25/03

TRF3 destina recursos de serviços de execução penal para combate ao coronavírus (Covid-19)

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Mairan Maia, e a corregedora-regional da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marisa Santos, editaram hoje (23/3) a [Portaria Conjunta nº 4/2020](#), que dispõe sobre a destinação dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal, dos acordos de não persecução penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais para a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19 (coronavírus).

A Portaria recomenda aos magistrados

de primeiro grau da Justiça Federal da 3ª Região, estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, com jurisdição na execução penal, que apliquem os recursos para auxiliar os profissionais da saúde na compra de itens como respiradores, máscaras n. 95, aventais descartáveis, luvas e óculos de segurança, kits para teste e eventuais medicamentos.

[Continue lendo...](#)

25/03

Audiência de instrução e julgamento é realizada de forma telepresencial em função da Covid-19

Para garantir a prestação jurisdicional, os juízes federais têm utilizado a tecnologia para minimizar os impactos da crise causada pela Covid-19. A partir do Sistema de Videoconferências CISCO, a juíza federal Caroline Scofield Amaral, da 1ª Vara Federal de Ponta Porã (MS), realizou audiência de instrução e julgamento de forma telepresencial. O detento está recolhido na Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí (MS).

Participaram também, de forma remota, o Procurador da República, duas testemunhas de acusação, a advogada do réu e o réu. Na audiência virtual, a magistrada proferiu sentença e o MPF renunciou ao prazo recursal, tendo informado o réu que desejava recorrer da sentença.

[Continue lendo...](#)

24/03

Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da SJRJ divulga decisões para combate ao Covid-19

A 23ª Vara Federal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, especializada em saúde, divulgou as decisões proferidas nos últimos dias relacionadas ao novo coronavírus pelo Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Dentre as ações, de grande impacto, está um pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente à Defensoria Pública da União para que a União, o Estado do Rio de Janeiro e municípios fluminenses esclareçam a previsão de leitos dedicados, de necessidade e contratação de pessoal temporário; compra de EPI pra os profissionais de saúde, entre outros.

[Continue lendo...](#)

24/03

Justiça Federal de Foz do Iguaçu destina R\$ 3 milhões para combate à COVID-19

A 4ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, responsável pelos processos federais de execução penal das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco, reservou a quantia de 3 milhões de reais para auxiliar as Secretarias de Saúde desses Municípios no combate à COVID-19.

O dinheiro destinado tem origem na execução das penas alternativas, ou seja, na troca de tempo de prisão por trabalho comunitário e

pagamento de valores.

Os valores oriundos dessas penas, em situação de normalidade, são encaminhados para entidades assistenciais, escolas, bombeiros, órgãos de segurança etc. Assim, as penas alternativas beneficiam tanto o apenado (que deixa de sofrer com o encarceramento) quanto a comunidade (que se utiliza do trabalho dessas pessoas e de recursos destinados pelo Judiciário); ademais, com as penas alternativas, a sociedade também deixa de arcar com os custos do encarceramento - em média, a 4ª Vara de Foz executa penas alternativas equivalentes a 15 mil dias de prisão.

[Continue lendo...](#)

24/03

Justiça Federal do RS disponibiliza mais de R\$ 5 milhões para instituições de saúde

(Por O Sul)

A Justiça Federal do RS (JFRS) disponibilizou mais de R\$ 5 milhões para o combate ao coronavírus. Os recursos são destinados para aquisição de equipamentos de limpeza, proteção e saúde, durante o período de estado de emergência de saúde pública. As verbas são provenientes do pagamento de penas de prestação pecuniária e das contribuições estipuladas para a suspensão condicional de processos judiciais.

A destinação se dará na forma prevista na Recomendação da Corregedoria da Justiça Federal da 4ª Região. Os valores serão destinados às instituições públicas ou privadas que atendem ao SUS, visando a atender de forma equânime o maior número possível de instituições nos limites da verba.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça Federal de São Paulo autoriza entrega a domicílio de remédios do programa Farmácia Popular

A juíza federal da 1ª Vara de São Vicente (SP), Anita Vilani, concedeu, nesta segunda-feira (23/03), tutela de urgência a três drogarias para que realizem entregas a domicílio dos medicamentos do Programa Aqui Tem Farmácia Popular. Os estabelecimentos pediam autorização já que a Portaria n. 111/2016 do Ministério da Saúde, em seu artigo 37, veda a entrega em domicílio.

No pedido, as autoras aduziram que a proibição deveria ser afastada diante da situação extraordinária e sem precedentes instalada pela pandemia COVID-19. E destacaram ainda que os pacientes usuários do Programa integram grupo de risco, portanto devem evitar circular, já que em sua grande maioria são idosos e portadores de doenças crônicas.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça Federal de Santa Catarina repassa verba ao governo estadual para combater o Covid-19

(Por NSC Total)

Para ajudar a combater o Covid-19, o novo coronavírus, Varas federais da Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC) vão repassar aos cofres do estado R\$3,23 milhões. O dinheiro servirá exclusivamente para compra de materiais e equipamentos de segurança para os profissionais da saúde.

O dinheiro que está sendo repassado para o governo de Santa Catarina vem da aplicação de penas e medidas alternativas aplicadas em ações criminais, como suspensões condicionais de processo s transações penais.

O recurso só poderá ser utilizado para compra de materiais que garanta a segurança dos profissionais da saúde, como máscaras, luvas, óculos de proteção, aventais e respiradores entre outros.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça Federal permite que o Estado do Acre implante barreira sanitária nos aeroportos locais para identificar casos de COVID-19

A Justiça Federal do Acre deferiu tutela antecipada ao Estado em face da Anvisa para determinar a implantação de barreiras sanitárias nos aeroportos locais para identificar casos de COVID-19. A determinação ainda permite que sejam inspecionados voos nacionais vindos de São Paulo, Cruzeiro do Sul, Manaus e Brasília, bem como voos internacionais e de áreas onde já comprovadamente haja casos de contaminação, incluindo a realização de medidas necessárias à inspeção sanitária nos equipamentos dos aeroportos e aeronaves.

No pedido, o Estado do Acre requereu a concessão de tutela cautelar antecedente para que a barreira fosse instalada, alegando que a Anvisa não a realiza, e utiliza protocolos insuficientes e incapazes de proteger, em maior intensidade, a comunidade. Em contrapartida, a Anvisa afirmou que a agência já vem adotando ações de monitoramento e afirmou que não existe recomendação da OMS e do Ministério da Saúde para triagem de passageiros por medição de temperatura.

[Continue lendo...](#)

23/03

Mesmo com teletrabalho, Justiça Federal de MS funciona com 100% da capacidade

(Por Mídia Max)

Os trabalhos da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul são realizados remotamente como medida de combate ao novo coronavírus, a Covid-19, mas não pararam, informou o TRF 3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) nesta segunda-feira (23).

“O atendimento ao público foi suspenso para evitar a propagação da doença, mas continuamos trabalhando em regime de teletrabalho”, diz a nota. Para contactar os

servidores, basta enviar um e-mail.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça Federal proíbe que terapeuta divulgue ozonioterapia como tratamento ao COVID-19

A juíza federal da 3ª Vara Federal de São Paulo, Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, determinou que uma terapeuta do estado se abstenha, imediatamente, de dar publicidade e divulgar nas redes sociais, ou em qualquer outro meio de comunicação, que a prática de ozonioterapia é apta para combater o COVID-19.

A determinação vem após pedido de tutela de urgência proposta pelo Conselho Regional de Medicina de SP. Na ação, o CRM-SP constatou que a terapeuta divulgou em suas redes sociais uma ação contra o coronavírus, oferecendo a prática da ozonioterapia. O Conselho sustenta que a prática não possui comprovação científica "estando a requerida enganando e ludibriando a sociedade num momento de extrema fragilidade, além de pode causar mais prejuízos à saúde da população."

[Continue lendo...](#)

23/03

Juiz Federal em Paulo Afonso (BA) marca audiências via WhatsApp durante quarentena

Para driblar a crise relacionada ao novo coronavírus e manter a efetividade da Justiça Federal, o juiz federal João Paulo Pirôpo, da Subseção Judiciária de Paulo Afonso (BA), está realizando audiências via Whatsapp. Antes de a pandemia chegar ao país, cerca de 300 audiências estavam marcadas para esta semana em um mutirão do tribunal. Para não desmarcá-las, o magistrado, juntamente com advogados, representantes da procuradoria federal, representados pelo procurador Djalma Félix de Carvalho, e servidores, se uniram em acordo para que elas acontecessem virtualmente. Na manhã desta segunda-feira (23/03) foram realizadas 30 audiências, que resultaram em 25 acordos que garantirão a concessão de benefícios previdenciários à população mais carente.

A reunião virtual ocorre da mesma forma que a presencial: o procurador envia uma proposta de acordo, as partes se manifestam, individualmente, e a Justiça Federal homologa. "Se houver audiências que tenham necessidade de realização de instrução, a gente possibilita a videoconferência por whatsapp", explica Pirôpo. Assim, todos seguem a recomendação da Organização Mundial da Saúde de se evitar o contato físico para resguardar a saúde dos envolvidos e garante-se a prestação jurisdicional. Caso a parte não tenha acesso à tecnologia do Whatsapp ou internet, uma nova data pode ser marcada.

[Continue lendo...](#)

23/03

JF da 4ª Região destinará recursos de ações criminais para combate à pandemia

(Por Folha Extra)

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região expediu hoje (20/3) orientação/recomendação a todos os juízes federais que atuam em varas criminais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para que destinem recursos provenientes do cumprimento da pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais para as ações de combate ao coronavírus (Covid-19). No documento, assinado pela corregedora, desembargadora federal Luciane Amaral Corrêa Münch, foi estabelecido quais as prioridades a serem seguidas pelos magistrados, sendo a primeira delas a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde.

[Continue lendo...](#)

23/03

Recursos de ações criminais poderão ser usados no combate ao coronavírus

(Por Agência Brasil)

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) recomendou hoje (20) que juízes federais do Sul do país destinem valores arrecadados com punições em processos criminais para o combate ao novo coronavírus (Covid-19).

Na recomendação que foi destinada aos magistrados da Justiça Federal no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a corregedora Luciane Amaral Corrêa Münch recomenda que os recursos obtidos com prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais sejam destinados para a área da saúde dos três estados. Os valores devem ser utilizados para compra de respiradores, máscaras e luvas e equipamentos hospitalares.

[Continue lendo...](#)

23/03

Moraes determina que dinheiro do fundo da Petrobras vá para combate ao coronavírus

(Por G1 DF)

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou neste domingo (22) que os recursos recuperados da Petrobras a partir da operação Lava Jato sejam destinados ao combate à epidemia do novo coronavírus.

Com a decisão, o Ministério da Saúde vai contar com mais R\$ 1,6 bilhão para as ações de combate à epidemia no país.

[Continue lendo...](#)

23/03

Voo que repatriaria 100 brasileiros do Suriname é cancelado

(Por G1 PA)

O voo que traria mais de 100 brasileiros do Suriname para desembarcar em Belém foi cancelado, de acordo com a empresa aérea Surinam Airways (SLM). A viagem era negociada pelo governo brasileiro com a companhia, após país vizinho fechar o aeroporto local por conta do coronavírus. A companhia aérea informou os passageiros e alegou motivos urgentes por e-mail. Em nota, a empresa apenas pediu desculpas pelo transtorno.

O voo faz parte de um esforço do governo de trazer brasileiros que estão impedidos de voltar ao país por conta do cancelamento de voos decorrentes da pandemia do coronavírus.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça determina que recursos de delações premiadas sejam usados no combate ao coronavírus

(Por Olhar Jurídico)

Os recursos recuperados por meio da Operação Ararath devem ser utilizados no combate ao novo coronavírus (COVID-2019), conforme determinou a Justiça Federal após acatar a manifestação do Ministério Público Federal (MPF). Ao todo, R\$ 566.822,36 serão destinados ao Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM) para aquisição e abastecimento de materiais médicos hospitalares (luvas, máscaras, capotes, EPIs e outros), medicamentos, equipamentos (exaustores, respiradores e outros), além das adequações dos espaços físicos necessárias para receber usuários infectados.

De acordo com a assessoria do MPF, os recursos foram requeridos pela Superintendência do hospital. "A relevância do pedido formulado pelo Hospital Universitário Júlio Müller é notável, seja em decorrência da própria pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde como evento de grande magnitude (11/03/2020), seja pela Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – Espin veiculada pela Portaria 188/GM/MS de 04/02/2020, seja pela ausência de instrumentos básicos para o combate e controle da covid-19 na rede pública de saúde em Mato Grosso", dizia a manifestação do Ministério Público.

[Continue lendo...](#)

23/03

Juíza de SP garante direito de ir e vir

(Por Migalhas)

A juíza Federal Mária Rúbia Andrade Matos, da 1ª vara de Caraguatatuba (SP), negou pedido liminar do MP/SP que pretendia restringir o acesso de turistas ao município de Ubatuba, por meio da BR-101, enquanto perdurar o estado de emergência em SP por conta do coronavírus. A magistrada ressaltou que o direito de ir e vir é um direito

fundamental.

O MP/SP ajuizou ação civil pública requerendo liminarmente a restrição de turistas ao município de Ubatuba, enquanto perdurar o estado de emergência em SP.

[Continue lendo...](#)

23/03

Justiça Federal determina reabertura urgente do Hospital de Taquara (RS)

(Por Ascom JFRS)

A 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo publicou na sexta-feira (20/3) nova decisão na Ação Civil Pública que trata dos serviços de saúde prestados pelo Hospital Bom Jesus (HBJ), de Taquara (RS). O HBJ havia sido fechado em 09/03, quando da desistência da gestão pela Associação Beneficente Silvio Scopel (ABSS).

O juiz federal Nórton Luís Benites autorizou que o Município de Taquara e o Estado do RS tomem as medidas administrativas necessárias para que o HBJ seja reaberto com a maior urgência possível, principalmente para que possa ser utilizado no tratamento de pessoas infectadas pelo coronavírus COVID-19. Essa solução deverá ser veiculada em acordo a ser assinado também pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE), e deverá ser submetida à apreciação do juiz federal até 31/03.

[Continue lendo...](#)

22/03

Hidroxiquina: CNJ divulga parecer para orientar juízes

(Por Agência CNJ de Notícias)

Com o grave momento da disseminação do COVID-19 no Brasil e diante da possibilidade de o Poder Judiciário ser acionado para a liberação do uso da hidroxiquina e da cloroquina, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulga estudo técnico elaborado pelo Hospital Sírio Libanês a respeito da substância. De acordo com o documento, a eficácia e a segurança dos medicamentos em pacientes com COVID-19 é incerta e seu uso de rotina para esta situação não pode ser recomendado até que os resultados dos estudos em andamento possam avaliar seus efeitos de modo apropriado.

O Parecer Técnico nº 123 já está disponível no e-NATJus Nacional, plataforma que, por meio de consultoria à distância, dá suporte técnico para a avaliação, sob o ponto de vista médico, das demandas judiciais relacionadas com a atenção à saúde. O parecer em questão pode orientar magistrados em eventuais tomadas de decisões em pedidos pelo fornecimento do medicamento em situações em que a necessidade/gravidade não esteja bem configurada.

[Continue lendo...](#)

21/03

Mensagem do Presidente da Ajufe - Covid-19

Colegas, boa noite!

O mundo passa por uma de suas maiores

crises, a pandemia do COVID-19.

Milhares de pessoas serão infectadas pelo coronavírus e, infelizmente, muitos morrerão.

Muitos Estados e Municípios brasileiros já decretaram Estado de Emergência ou de Calamidade Pública.

[Continue lendo...](#)

20/03

Mensagem do ministro Dias Toffoli - COVID-19

Aos magistrados brasileiros

O Brasil e o mundo passam por uma crise sem precedentes. Em pouco tempo, as nossas rotinas diárias foram alteradas em função do novo coronavírus. E, nesse momento, trazemos uma mensagem de esperança e de confiança no futuro de nosso povo e de nossa nação.

Magistrados precisam manter o isolamento recomendado para vencermos esse inimigo invisível. É momento de cuidarmos uns dos outros, de termos solidariedade e de nos protegermos.

[Continue lendo...](#)

20/03

Mensagem - Presidência TRF3

Caros Desembargadores Federais, Juízes Federais e Servidores da 3ª Região,

Nosso povo vive momento de grave crise e apreensão, que a todos preocupa. É uma situação excepcional que exige não somente medidas fortes e difíceis de adotar, como muita união e comprometimento de todos nós.

Ao longo dos últimos dias temos sido constantemente desafiados e testados, mas não devemos ter receio, pois assim como o fogo forja o melhor aço, as adversidades fortalecem o homem e sairemos mais unidos e crescidos como pessoas, servidores do nosso povo, e como Instituição.

[Continue lendo...](#)

20/03

Após ação judicial, barreiras sanitárias de controle da Covid-19 são instaladas nos aeroportos do MA

(Por G1 MA)

A Justiça Federal concedeu nesta sexta-feira (20) a autorização para que o governo do Maranhão crie barreiras sanitárias nos aeroportos Marechal Hugo da Cunha Machado em São Luís e Prefeito Renato Moreira em Imperatriz. A medida tem como objetivo tentar conter a entrada de possíveis casos do novo coronavírus no estado, que até o momento, não possui nenhum caso confirmado.

A ação foi ingressada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA) contra Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Com a concessão, o governo agora realiza a verificação das condições de saúde, como a medição da

temperatura corporal, de passageiros e tripulantes de aeronaves vindas de regiões com casos confirmados da Covid-19.

[Continue lendo...](#)

20/03

Justiça Federal determina suspensão de sessões de julgamento do CARF

No início da semana, a 4ª Vara Federal Cível da Justiça Federal da 1ª Região deferiu pedido de liminar da OAB/DF e determinou a suspensão das sessões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, que deverão ser remarçadas. A medida foi tomada tendo em vista a situação de pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde - OMS devido ao novo Coronavírus.

Apesar de a presidência do CARF ter publicado portaria no dia 16 de março adiando as sessões do mês de abril das Turmas Ordinárias e da Câmara Superior para os meses de maio e junho, as sessões entre os dias 17 e 19 de março não haviam sido suspensas.

[Continue lendo...](#)

20/03

TRF4 autoriza destinação de recursos para aquisição de materiais e equipamentos necessários ao combate do coronavírus

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região divulgou, nesta sexta-feira (20/03), orientação que autoriza os magistrados de primeiro grau a destinarem recursos provenientes do cumprimento da pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, priorizando a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19. A medida segue a Resolução 313 do Conselho Nacional de Justiça, divulgada ontem (19).

A orientação fala da compra de respiradores, máscaras n. 95, aventais descartáveis, luvas e óculos de segurança para utilização pelos profissionais da saúde, materiais e equipamentos médicos necessários ao diagnóstico, prevenção e combate do novo coronavírus.

[Continue lendo...](#)

20/03

Nova Portaria do CNJ define “plantão extraordinário” para todo o Sistema Judiciário brasileiro

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) estabeleceu nesta quinta-feira (19) um esquema de regime de plantão extraordinário em todo o Poder Judiciário até o dia 30 de abril devido à crise do coronavírus. O prazo é prorrogável.

Com a determinação, assinada pelo ministro Dias Toffoli, ficam suspensos a partir da data de publicação da resolução todos os prazos processuais do país. A suspensão, no entanto, não se aplica a processos que envolvam a preservação de direitos e de natureza urgente.

[Continue lendo...](#)

19/03

Covid-19: Justiça reduz valor da fiança de preso em Santa Catarina

A desembargadora Salise Monteiro Sancho, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), decidiu hoje (19) abaixar o valor de fiança para permitir a soltura de um preso em função da pandemia do novo coronavírus. A decisão envolve um homem preso ao dirigir um carro furtado em Santa Catarina.

De acordo com a desembargadora, o crime permite que o acusado seja solto mediante o pagamento de fiança, no entanto, o preso não tinha R\$ 15 mil para deixar a prisão. Nesta semana, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou juízes a reavaliar prisões provisórias para evitar a propagação do coronavírus nas prisões.

[Continue lendo...](#)

18/03

Comitê envia proposta de resolução ao CNJ para padronizar procedimentos de prevenção ao Covid-19 em tribunais brasileiros

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, participou, nesta quarta-feira (18/03), da segunda reunião do Comitê instituído pelo Conselho Nacional de Justiça para acompanhamento das medidas de prevenção ao Covid-19. No encontro, foi discutida a proposta de Resolução, elaborada pelo Comitê, que será apreciada pelo CNJ, com caráter vinculante para todos os tribunais brasileiros, contendo novas diretrizes preventivas.

Durante a reunião, foram debatidos temas relevantes como a suspensão de audiências e flexibilização dos prazos processuais; audiências de conciliação; prazos procedimentais e perícias; além das medidas para minimizar a possibilidade de transmissão no ambiente de trabalho como a instituição do teleatendimento, trabalho remoto e audiências de videoconferência.

[Continue lendo...](#)

18/03

Comitê elabora medidas de prevenção ao coronavírus nos tribunais

Para acompanhar as medidas de prevenção tomadas pelos tribunais brasileiros para evitar o contágio pelo novo coronavírus, o Comitê formado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou quatro grupos temáticos. A decisão foi tomada nesta terça-feira (17/3), em reunião realizada em Brasília.

As propostas que vão disciplinar as diretrizes para o Judiciário serão apresentadas para o Comitê na quarta-feira (18/3), às 15h. As definições para teletrabalho, teleatendimento, relação com colaboradores terceirizados e grupos de risco são elaboradas pelo conselheiro Luiz Fernando Keppen e pelo secretário especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica do CNJ, Richard Pae Kim. Os conselheiros Rubens Canuto e Henrique Ávila cuidam das relativas à suspensão de prazos de audiências, sessões de julgamentos,

audiências de conciliação e perícias médicas.

[Continue lendo...](#)

16/03

Ajufe integra comitê do CNJ que vai acompanhar medidas relacionadas ao Covid-19 nos tribunais brasileiros

O presidente da Ajufe, Fernando Mendes, vai integrar o comitê para acompanhamento e supervisão das medidas de prevenção ao contágio pelo Covid-19 tomadas nos tribunais brasileiros. A portaria foi instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta segunda-feira (16/03).

O documento leva em conta a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus e destaca o risco potencial da doença e, portanto, a necessidade de adotar medidas internas que minimizem a possibilidade de transmissão e, ao mesmo tempo, mantenham a prestação dos serviços públicos no âmbito do Poder Judiciário.

[Continue lendo...](#)



AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

Mesmo distantes, juntos.

A Justiça Federal não para!

